

absolutamente desautorizado pelas lições que a nossa História, remota ou mais recente, fartamente nos fornece. Todos os movimentos, todos, da história do Brasil, desde a Independência, são marcados pelo longo traço da transformação conservadora, entendendo-se por isso a exclusão dos interesses das massas trabalhadoras nas composições e recomposições de poder determinadas pelas modificações na base produtiva ou nas relações de produção. E todas as vezes em que o proletariado ousou botar a cabeça de fora, seja nos levantes do século passado, seja nos embates mais abertamente classistas deste século, teve esta cabeça literalmente decepada pelo sabre empunhado pelo braço armado das classes exploradoras: suas Forças Armadas. Seja na tradição da formação positivista, implementada pela chamada Missão Francesa na primeira iniciativa de estruturação técnico-ideológica do Exército brasileiro, seja na mais recente orientação norte-americana, visceral e ferozmente antiproletária, as Forças Ar-

madas do Brasil jamais expressaram — guardadas as realmente honrosas exceções individuais ou de grupos localizados — qualquer compromisso com o proletariado. Mui-tíssimo pelo contrário. E, a se julgar pela experiência histórica e pelos dados concretos da realidade, jamais expressarão tal compromisso enquanto corpo coeso, ou seja enquanto Forças Armadas institucionalmente estruturadas. Nem cedo nem tarde.

Fechando o texto, já que tão pouco se falou em socialismo, os autores expõem uma declaração de fé: “Se nos perguntarem se o projeto que esboçamos é de natureza socialista, responderemos que sim”, asseguram (p. 176.).

Pelo texto publicado, no entanto, o projeto *A opção brasileira* é nacional-desenvolvimentista. Portanto, de natureza capitalista. Mesmo que seus autores sejam socialistas.

Armando Boito Jr.

Política neoliberal e sindicalismo no Brasil. São Paulo, Xamã Editora, 1999.

Fernando Ponte (professor do departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de Santa Catarina).

Tornou-se comum a crítica ao neoliberalismo, inclusive originada do meio acadêmico brasileiro. Mas nem sempre foi assim. Da defesa um tanto moderada à defesa convencida, foi comum a consideração de que, após 1989, a única possibilidade real era a política neoliberal; melhor ainda na versão pós-Collor, com FHC, que arregimentou, para participar de sua ges-

tão, pessoas originadas inclusive de campo da esquerda, a partilhar com outras da direita golpista, a política neoliberal dos anos 1990 no Brasil. São paradoxos que às vezes surpreendem.

O mérito do livro de Armando Boito Jr. é, entre outros, expor as contradições da aplicação da política neoliberal ao longo da década de 1990, indo além da crítica

que já se tornou comum, propondo dois outros aspectos de um mesmo processo. Primeiro, é possível que, tendencialmente falando, tal política não tenha se esgotado, o estrago ainda pode ser bem maior, dependendo do rearranjo de forças. Segundo, há uma relação de cumplicidade, justamente por parte da liderança majoritária dos que mais têm se prejudicado com a política neoliberal, os trabalhadores.

Incomum, na literatura crítica à política neoliberal, mas presente no livro, é a questão: *o que fazer diante da ofensiva neoliberal?* O autor apresenta então suas posições políticas, complementares a análise sobre o neoliberalismo e o movimento sindical.

Redigido como tese de livre-docência, entre 1997 e abril de 1998, e defendida em dezembro de 1998 no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da Unicamp, o texto apresenta-se claro também ao leitor não especialista, com destacada fundamentação teórica, demonstração empírica e indiscutível atualidade, sendo inclusive suas tendências mais gerais confirmadas pelo autor na Introdução, redigida mais recentemente. Em suma, o livro apresenta o estudo das características da política neoliberal no Brasil, as relações dessa política com as diferentes frações da classe dominante, como tal política afeta as classes trabalhadoras urbanas e quais as posições que o movimento sindical tem assumido diante do neoliberalismo.

Evidente que esse largo espaço de conteúdo é construído com questões polêmicas que merecem destaque, para o que é preciso antes compreender como é estruturado seu percurso.

I

No exame da política neoliberal, Boito Jr. expõe as bases e os desdobramentos ide-

ológicos e práticos — especialmente a democracia como prescindível — de tal política. É a enorme distância entre os princípios e a sua realização, como não correspondentes, no que consiste sua incoerência frente ao autoritarismo, ao monopólio, ao imperialismo e ao tratamento dado aos trabalhadores. Longe da liberdade mas apegado ao Estado, o neoliberalismo é a iniciativa de refuncionalizar conservadoramente o sistema capitalista.

Por isso mesmo a política neoliberal não produz efeitos idênticos em todos os países ou regiões. A globalização, como sua expressão mistificadora, parece esconder a seletividade capitalista no trato das desigualdades pela reafirmação das ações imperialistas. Ou seja, como diz o autor, o capital financeiro subordina as economias latino-americanas, promovendo desindustrialização, desnacionalização e concentração, na forma e na medida adequada em cada lugar e com a participação, não necessariamente sem conflitos residuais, de frações das burguesias locais ou nacionais. Tal força parece impor ao Brasil uma “tendência à regressão agromercantil”.

Neste aspecto, uma primeira questão importante já se apresenta. No Brasil, nenhuma fração da burguesia passou para o campo da oposição à política neoliberal, embora, o autor defenda que apesar disso, as diferenças nacionais e de fração não desapareceram. Tal argumento sustenta então a seguinte indagação: é possível uma frente do movimento operário e popular com a burguesia industrial nacional?

A resposta da burguesia industrial do Brasil tem sido atacar os direitos dos trabalhadores e apropriar-se das empresas estatais. Entretanto, como, segundo o autor, ainda é vasto o campo para o avanço da desregulamentação imposta principalmen-

te pelo imperialismo norte-americano, o horizonte é um novo colonialismo ainda não completado, pois é possível que surjam novos elementos de análise de outros posicionamentos das frações de classe.

II

Pela exaustiva documentação examinada por Boito Jr., tudo indica que a política neoliberal elege os trabalhadores para exercitarem os malefícios de uma doença crônica: ter uma política social antitrabalhador e dizer, com a ajuda de tortuosas análises acadêmicas, que faz o contrário. Ao mesmo tempo que propagandeia a queda da inflação como boa para os pobres, destrói seus efeitos positivos pela própria política econômica que reduz empregos e salários e reconcentra a renda. E, em nome da modernização ou da desburocratização, terceiriza o que resta de assistência social cooptando ONGs como linha auxiliar das políticas neoliberais, esvaziando os espaços de mediação política das funções de organizar a luta operária e popular.

É o prato cheio para explorar as desigualdades ou clivagens no campo das classes dominadas. E as políticas de desemprego e redução de salário são disfarçadas no falso argumento da não empregabilidade do trabalhador, dado a sua desatualização frente a modernização tecnológica. O progresso técnico é usado para esconder as medidas de política econômica que explicam a queda do emprego, além dos decretos e portarias que destituem direitos trabalhistas.

Tal política vai ao encontro da desregulamentação praticada neste âmbito pelos capitalistas. O que foi conseguido na Constituição de 1988 é destruído com a precarização das relações de trabalho.

Para Boito Jr., tal ofensiva neoliberal não deixa de ser destrutiva de um antigo padrão de desenvolvimento latino-americano que, apesar do imperialismo, possibilitou contemplar limitadamente interesses das classes populares. Foi o caso do Estado populista no Brasil, que usou de uma certa margem de manobra.

Os conflitos de tal percurso aos dias atuais, o autor analisa como próprios da ofensiva da burguesia imperialista que tem no neoliberalismo “a via para contrariar, graças à supressão de direitos dos trabalhadores e ao retrocesso no capitalismo periférico, a tendência decrescente da taxa de lucro.” (p. 116)

Outros aspectos da política mundial são lembrados pelo autor, que juntamente com a debilidade das burguesias industriais nacionais latino-americanas, favorece o avanço dessa nova fase. Finalmente, encurralada pelo imperialismo e pelo avanço da esquerda nos anos 80, a burguesia local opta por Collor como atitude anti-Lula. Ou seja, prefere reconhecer-se na sua identidade burguesa periférica e dependente. A eleição de Fernando Collor levou a plataforma neoliberal ao poder, utilizando-se de todos os recursos disponíveis para isolar a esquerda como força minoritária. Trata-se, portanto, na proposição do autor, de uma conjuntura onde articulam-se aspectos internacionais à história brasileira. Mas tal desfecho não existiria sem a intervenção política, não se trata, portanto, de um economicismo. Assim como foi importante a posição da burguesia local, não menos importante é a intervenção política que marca o sindicalismo brasileiro.

III

O exaustivo exame que Boito Jr. apresenta sobre o sindicalismo brasileiro con-

duz a alguns questionamentos pertinentes à lógica da pesquisa já delineada na primeira metade do livro. O quadro geral, em síntese, apresenta-se como: da opção preferencial à opção única ao neoliberalismo, da Força Sindical, e o mundo pouco civilizado dos acordos como dinâmica propositiva da CUT.

Não se pode concluir, pelo que foi analisado, que a CUT também tenha aderido ao neoliberalismo. Esta central, inclusive através de sua corrente majoritária, a Articulação Sindical, assumiu posições contrárias à política neoliberal. Mas, sua linha atual, de sindicalismo propositivo, expõe as contradições próprias de uma central sindical que transitou, de forma inacabada, do sindicalismo de oposição ao sindicalismo de participação. Este percurso Boito Jr. acompanha, privilegiando na análise a cúpula da CUT e, secundariamente, a da Força Sindical, como expressões mais significativas do movimento sindical atual.

No caso da CUT, inicialmente suas bandeiras principais eram o não pagamento da dívida externa, estatização do sistema financeiro, estatização dos serviços de saúde, da educação e do transporte coletivo, reforma agrária sob o controle dos trabalhadores e contra a privatização das estatais. Sua orientação mais abrangente sustentava-se na visão segundo a qual a sociedade estava dividida por um conflito básico: num lado, encontravam-se os trabalhadores, assalariados ou não, e do outro, os banqueiros, latifundiários e grandes empresários. Em diversos momentos históricos, como o da intervenção na Assembléia Nacional Constituinte, a ação sindical parecia não se esgotar na luta de defesa salarial. E, segundo Boito Jr., a chave para o crescimento da CUT,

foi justamente um programa adequado à conjuntura. Ou seja, em que pese seu programa não corporativista, não colocava o socialismo na ordem do dia, por considerar que a transição socialista não se apresentava no Brasil na década de 1980.

Entretanto, a mudança da conjuntura com o avanço do neoliberalismo mundial, se mais uma vez, para a CUT, não colocou na agenda a transição socialista, justificou seu recuo. Ou seja, a *linha defensiva* de um sindicalismo propositivo é implantada pela Articulação Sindical. É a participação da Central nos fóruns tripartites (empresários, sindicalistas e representantes governamentais), para a apresentação de propostas para temas específicos e realistas, isto é, encampáveis pelos participantes dos fóruns. Uma nova crença, embora bem antiga, toma a direção da CUT, a de ser possível conciliar a burguesia com os trabalhadores e os trabalhadores com o neoliberalismo.

Tal estratégia, no balanço apresentado pelo autor, vai desestimular e desvalorizar a mobilização e a luta de massas. Conseqüentemente, acentua-se o corporativismo setorial e o desinteresse pela defesa dos direitos sociais. É a vez da proposta do contrato coletivo de trabalho, de expurgar da Constituição as garantias trabalhistas para a livre negociação, da implantação do banco de horas, enfim, de uma terceira via: “nem o dirigismo estatal, nem o liberalismo absoluto”. A conflitualidade não mais é situada como do mundo do trabalho. Para a CUT, na análise de Boito Jr., agora o que se coloca é a diferença entre sociedade civil e governo, esvaziando o conteúdo classista da sociedade. E a relação política no âmbito da sociedade civil é de busca do acordo. Embora, como mostram os fatos expostos

pelo autor, os acordos, dessa inaugurada civilidade não são cumpridos pelos capitalistas, inclusive pelos capitalistas industriais brasileiros, que poderiam alimentar uma determinada aliança antineoliberal. Na hora decisiva, o discurso antidesindustrialização e antidesemprego dessa burguesia, é, na prática, creditar na conta dos trabalhadores o ônus social da política neoliberal.

Se a CUT, apesar da intervenção da esquerda no seu interior, tem se definido assim nessa conjuntura, é dispensável resumir aqui a análise que Boito Jr. faz do papel ideológico de conciliação de classes da política sindical da Força Sindical.

IV

É até possível que, segundo Boito Jr., tendencialmente a hegemonia neoliberal não tenha vida longa. As crises políticas recentes no Brasil e em outros países da América Latina são sintomas que merecem ser considerados. Entretanto, seus efeitos regressivos ainda se fazem presentes e ainda influenciam sobremaneira uma situação desfavorável às forças trabalhadoras e populares. E não é possível desconsiderar arranjos econômicos e ideológicos neoliberais como aspectos de um processo de constituição de uma nova ideologia burguesa no Brasil, que diz superar mas utiliza-se do populismo ao mesmo tempo que diz dispensar o Estado quando o fortalece na mediação e alavancagem dos interesses burgueses. É possível que a esquerda, amargando os impactos ideológicos do neoliberalismo sobre as classes populares, não tenha formulado uma análise e uma intervenção política à altura.

Considerando-se essa premissa e, embora pensando agora estritamente nas organi-

zações sindicais, Boito Jr. organiza uma série de considerações históricas para a compreensão das mudanças nesse campo. E, mais do que uma crítica localizada em algum fator isolado, propõe que, no Brasil, o refluxo é mais amplo, não é só das lutas sindicais, mas da luta antiimperialista.

Se existem forças antiimperialistas, estas não se somaram ao movimento sindical na resistência à ofensiva neoliberal. Tal ofensiva é apresentada nessa conjuntura como o fato mais importante explicativo da moderação sindical característica da CUT de hoje. Sem deixar de valorizar as particularidades nacionais, tal ofensiva é internacional. E Boito Jr. percorre tais pegadas no interior mesmo do sindicalismo, principalmente da CUT, mostrando como os laços com a Igreja Católica Romana e com a social-democracia europeia são também fatores políticos que vinculados aos fatores econômicos, ajudam a explicar como o neoliberalismo tardio no Brasil vai contar com o sindicalismo moderado tardio.

Acentua-se, com isso, que frente a essa nova ideologia política burguesa no Brasil, é fora de lugar a proposta de simplesmente tentar voltar ao sindicalismo dos anos de criação e combatividade da CUT. Inclusive porque a reunificação burguesa em torno da plataforma neoliberal somou com as expressões burguesas que apoiaram os trabalhadores e os movimentos populares no processo constituinte de 1986-1988, garantindo, então, alguns direitos constitucionais, assim como a crítica ao sindicalismo de luta de classes, valorização da cultura negociata e de atenuação de conflitos industriais não barraram a desregulamentação das relações de trabalho, o aumento do desemprego e a queda do poder aquisitivo das trabalhadoras.

V

Esse quadro caracteriza um cenário no qual o movimento operário está na defensiva e, sendo assim, a revolução socialista, como estratégia ofensiva, também estaria fora de lugar. Sem as massas populares empreendendo ações independentes, ampliando a crise do bloco no poder, que parece também não se apresentar, a situação revolucionária não está definida.

Sendo assim, segundo Boito Jr., trata-se ainda de um período de resistência e de reforma, de reverter a política econômica e social vigente, daí sua plataforma ser para a constituição de uma frente antiliberal. Seus interesses unificadores seriam “reverter o processo de desregulamentação”, “reimplantar a proteção ao setor produtivo nacional”, e “suspender o pagamento da dívida externa”.

Nestes termos, a chave da proposição de Boito Jr. é de que a “frente política pode conviver com o acirramento da luta econômica contra os empregadores” (p. 236). Quer dizer, com independência de classe, os trabalhadores e o sindicalismo poderiam apoiar-se em setores derivados dos conflitos burgueses, porém alertas para não tomar o caminho de volta ao passado, do industrialismo concentrador e dependente do período populista. Seria a âncora da hegemonia dos trabalhadores como, teoricamente, constitutiva de qualquer frente política. Um governo de frente antiliberal criaria, então, condições políticas novas, quando, somente com a evolução da conjuntura, o programa, antiliberal seria substituído por um outro de “superação do capitalismo dependente” (p. 237).

VI

Poder-se-ia criticar Boito Jr. por uma certa ingenuidade metodológica e políti-

ca ao mesmo tempo. A primeira, pelo fato de parecer reificar o conceito de neoliberalismo, como se, caso vencido, superadas estariam as mazelas mais terríveis do capitalismo, a razão de ser do próprio neoliberalismo. Tal análise alimentaria um certo etapismo.

A segunda, pelo fato de procurar refúgio no *nacional*, num outro bloco no poder, antineoliberal, mesmo sem ser anticapitalista, dada a impotência dos trabalhadores para apresentarem nesse momento um projeto para além do capital. Tal crítica seria superficial, pois Boito Jr. não desvincula neoliberalismo de capitalismo assim como não põe a mão no fogo pela burguesia brasileira. Procura reconhecer entretanto as contradições presentes nessa complexidade, o que significa reconhecer o exercício da política em todas as frações de classes, inclusive na desigualdade que dificulta a unificação dos trabalhadores.

Daí, se por um lado é patente e dispensa retoques sua crítica à resignação ideológica do sindicalismo moderado, por outro lado seu campo de observação exige um alargamento de análise e diálogo — no campo anticapitalista — com os estudiosos da revolução permanente pois os mesmos, se na prática pouco avançaram nesse projeto, por outro lado não conciliaram com as políticas neoliberais e sindicais que Boito Jr. combate. Afastadas as falsas questões, na intervenção política, tais perspectivas nesse momento tão crucial exigem um tratamento não sectário — outra qualidade que se distingue na abordagem de Boito Jr. — mesmo porque as conjunturas mudam.

Na crítica à leitura de uma realidade estática, seu livro é um convite ao debate franco como condição à organização de um projeto tão antineoliberal como anticapitalista.

PONTE, Fernando. Resenha de: BOITO Jr., Armando. Política neoliberal e sindicalismo no Brasil. São Paulo: Xamã, 1999. *Crítica Marxista*, São Paulo, Boitempo, v.1, n.9, 2000, p. 142-147.

Palavras-chave: Política; Neoliberalismo; Sindicalismo brasileiro; Brasil.